

#### MENSAGEM Nº 11/GG

Teresina (PI), 21 de março de 2022.

A Sua Excelência, o Senhor Deputado **THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO** Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí **NESTA CAPITAL**  LDO NO EXPEDIENTE Em, 23 / 03 /2022

1º Secretário

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

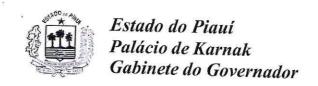
Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido à superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei Complementar que "Institui a Microrregião de Água e Esgoto do Piauí- MRAE - e sua respectiva estrutura de governança, altera a Lei Complementar nº 246, de 30 de dezembro de 2019 e dá outras providências".

O presente Projeto de Lei Complementar contém matéria de elevado interesse público e sua aprovação é necessária para que o Estado do Piauí possa se adequar de forma suficiente ao Novo Marco Regulatório de Saneamento Básico. Apesar de, recentemente, o nosso Estado ter disciplinado a matéria com a criação de onze microrregiões de saneamento básico, tal opção se mostrou divergente com a configuração adotada pelos demais Estados.

Podem ser citados como exemplo o Estado do Ceará, que instituiu três microrregiões; o Estado do Rio Grande do Norte, que instituiu duas; o Estado do Paraná, três; e o Estado de São Paulo, que instituiu quatro unidades. Interessante observar que o Estado de Pernambuco, como o Estado do Piauí, havia criado onze microrregiões, depois corrigidas e unificadas em duas.

A adoção de uma microrregião para o Estado do Piauí contida na Proposição deriva da conclusão dos Estudos de Regionalização, elaborados nos termos do art. 3°, § 2°, da Lei federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 — Estatuto da Metrópole, os quais se encontram acostados a esta Mensagem. Devo destacar que a elaboração do Projeto de Lei Complementar contou, além da direta contribuição dos maiores especialistas do país, também com a expressiva participação da sociedade e dos Municípios, inclusive mediante Consulta e Audiência Públicas, como previsto no mesmo dispositivo do Estatuto da Metrópole.

Emanuellito de Oliveira Costa Secretário Geral da Mesa

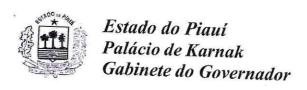


Por fim, importa salientar ser necessária a correção da regionalização do saneamento básico no Estado do Piauí até o dia 31 de março de 2022, de forma a que se possa preservar os contratos e a prestação direta dos serviços públicos de saneamento básico nos Municípios piauienses, inclusive para resguardar que continuem a receber recursos federais.

Dessa forma, em virtude da importância da matéria, solicito aos membros dessa Augusta Casa a sua apreciação, confiando, pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei Complementar que submeto à superior consideração desse Poder Legislativo.

José Wellington Barroso de Araújo Dias

Governador do Estado do Piauí



## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02, DE 21 DE MARÇO DE 2022

Em, 23 /03 /2022
Lister
1º Secretário

Institui a Microrregião de Água e Esgoto do Piauí - MRAE e sua respectiva estrutura de governança, altera a Lei Complementar nº 246, de 30 de dezembro de 2019 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Lei Complementar tem por objeto a instituição da Microrregião de Água e Esgoto do Piauí - MRAE e sua respectiva estrutura de governança.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei Complementar aplica-se ao Estado do Piauí, aosMunicípios que integram a MRAE, ou com ela conveniados, e às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que com elas se relacionem, no que concerne às funções públicasde interesse comum previstas no art. 3°.

#### CAPÍTULO II DA MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO - MRAE

#### Seção I Da instituição

Art. 2º Fica a Microrregião de Água e Esgoto do Piauí – MRAE constituída pelo Estado do Piauí e pelos Municípios mencionados no Anexo Único desta Lei Complementar.

§ 1º A criação da autarquia microrregional mencionada no **caput** opera-se pela transformação da Microrregião de Saneamento Básico do Vale do Rio Guaribas, com ampliação dos Municípios que a integram, bem como com a alteração de sua denominação para Microrregião de Água e Esgoto do Piauí – MRAE.

§ 2º A MRAE possui natureza jurídica de autarquia intergovernamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo, e personalidade jurídica de Direito Público.

§ 3º A autarquia microrregional não possui estrutura administrativa ou orçamentária própria e exercerá sua atividade por meio derivado, mediante o auxílio da estrutura administrativa e orçamentária dos entes da Federação que a integram ou com ela conveniados.

§ 4º Integrarão a Microrregião os Municípios originados da incorporação, fusão ou desmembramento dos Municípios que já a integram.

#### Seção II Das funções públicas de interesse comum

Art. 3º São funções públicas de interesse comum da MRAE o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação, direta ou contratada, dos serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais urbanas.

Parágrafo único. No exercício das funções públicas de interesse comum mencionadas no caput, a Microrregião deve assegurar:

- I a manutenção e a instituição de mecanismos que garantam o atendimento da população dos Municípios com menores indicadores de renda, especialmente pelo serviço público de esgotamento sanitário;
- II o cumprimento das metas de universalização previstas na legislação federal; e
- III tanto quanto possível, política de subsídios mediante a manutenção de tarifa uniforme para todos os Municípios que atualmente a praticam.

#### Seção III Das finalidades

- Art. 4º A MRAE tem por finalidade exercer as competências relativas à integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas previstas no artigo 3º em relação aos Municípios que a integram e a ela conveniados, dentre elas:
- I aprovar objetivos, metas e prioridades de interesse regional, compatibilizando-os com os objetivos do Estado e dos Municípios, bem como fiscalizar e avaliar sua execução;
- II apreciar planos, programas e projetos, públicos ou privados, relativos à realizaçãode obras, empreendimentos e atividades que tenham impacto no território microrregional;
- III aprovar e encaminhar, em tempo útil, propostas para planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais do Estado do Piauí ou da União;
- IV comunicar aos órgãos ou entidades federais que atuem no território da Microrregião as deliberações acerca dos planos relacionados com os serviços, por eles realizados.

Parágrafo único. A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário deve observar plano elaborado pela Microrregião para o conjunto de municípios atendidos, podendo haver plano para apenas uma parte do território microrregional.

### CAPÍTULO III DA GOVERNANÇA

Seção I Da Estrutura de Governança Art. 5º Integram a estrutura de governança da autarquia microrregional:

- I o Colegiado Microrregional, composto por um representante de cada Município que integra a MRAE ou com ela conveniada e por um representante do
- II o Comitê Técnico, composto por oito representante dos Municípios, eleitos peloColegiado Microrregional, e por três representantes do Estado, designados III
- o Conselho Participativo, composto por representantes da sociedade civil, sendo:
  - a) cinco escolhidos pela Assembleia Legislativa; e
  - b) seis eleitos pelo Colegiado Microrregional;
  - IV o Secretário-Geral, eleito na forma do § 2º do art. 12.

Parágrafo único. O Regimento Interno da MRAE disporá, dentre outras matérias, sobre:

- I o funcionamento dos órgãos mencionados nos incisos do caput;
- III a forma de eleição dos membros do Comitê Técnico e do Conselho Participativo, obervando-se, quanto a este último, tanto quanto possível, o disposto no art. 47 da Lei federalnº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;
  - III a criação e funcionamento das câmaras temáticas ou subáreas microrregionais, oude outros órgãos, permanentes ou temporários.

#### Seção II Do Colegiado Microrregional Subseção I Da composição e do funcionamento

- Art. 6º O Colegiado Microrregional é a instância máxima da entidade intergovernamental e deliberará com a presença de representantes de entes da Federação que, somados, detenham pelo menos mais da metade do número total de votos do Colegiado, sendoque:
- I o Estado do Piauí terá número de votos equivalente a 40% (quarenta por cento) donúmero total de votos; e
- II cada Município terá, dentre os 60% (sessenta por cento) de votos restantes, númerode votos proporcional à sua população.
- § 1º Cada Município terá direito a pelo menos um voto no Colegiado Microrregional
- § 2º É defeso que Município detenha votos em número superior a 10% (dez por do total de votos que o conjunto de Municípios detenha no Colegiado Microrregional.
- § 3º As deliberações exigirão número de votos superior à metade do total de votos doColegiado Microrregional, com exceção das matérias dos incisos VII a X do caput do art. 7°, cujas deliberações exigem número de votos equivalente a 3/5 (três quintos) do total de votos doColegiado Microrregional.
- § 4° Na hipótese do inciso VIII do caput do art. 7°, o voto favorável à alienação do controle somente será eficaz caso haja prévia comprovação de o ente da

- I possuir prévia autorização legislativa específica, editada a menos de doze meses;
- II quando couber, atender a outros requisitos previstos em sua Lei Orgânica ou na Constituição Estadual.
  - § 5º O Regimento Interno pode prever outras hipóteses de quórum qualificado.
- § 6º Presidirá o Colegiado Microrregional o Governador do Estado ou, na sua ausênciaou impedimento, o Diretor-Geral do Instituto de Águas e Esgotos do Piauí -IAEPI, que passará a compor automaticamente o Colegiado Microrregional, representando o Estado.

#### Subseção II Das atribuições

Art. 7º São atribuições do Colegiado Microrregional:

- I instituir diretrizes sobre o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum, a ser observadas pelas administrações direta e indireta da própria autarquia microrregional ou de entes Federação integrantes da Microrregião ou com elaconveniados;
- II deliberar sobre assuntos de interesse regional, em matérias de maior relevância, nos termos do Regimento Interno;
- especificar os serviços públicos de interesse comum, bem como, quando for o caso, as correspondentes etapas ou fases e seus respectivos responsáveis, inclusive quanto à unificação de sua prestação;
- IV aprovar os planos microrregionais e, quando couber, os planos intermunicipais ou locais:

- definir a entidade reguladora responsável pelas atividades de regulação e de

fiscalização dos serviços públicos que integram funções públicas de interesse comummencionadas no art. 3°;

- VI propor critérios de compensação financeira aos Municípios da Microrregião que suportem ônus decorrentes da execução de funções ou serviços
- VII contratar a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, ou autorizar Município a prestar isoladamente esses serviços públicos, ou atividade dele integrante, mediante a criação de órgão ou entidade ou a celebração de contrato de concessão ou de ajuste vinculado à gestão associada de serviços públicos;
- VIII autorizar a alienação de participações societárias, ocasione ou não a mudança de controle;
- autorizar Município integrante da Microrregião a participar, como convenente, de estruturas de prestação regionalizada de serviços públicos de

Gabinete do Governador abastecimento de água e de esgotamento sanitário de Estado limítrofe;

X - elaborar e alterar o Regimento Interno da Entidade Microrregional;

XI - eleger e destituir o Secretário-Geral;

XII - autorizar a prestação de serviços públicos de saneamento básico em áreas rurais, ou a elas assemelhadas, por entidade sem fins lucrativos;

XIII - apreciar as minutas de edital de licitação ou de contrato, previamente a processo licitatório para delegação da prestação de serviço público de abastecimento

de água ou de esgotamento sanitário, ou de atividade dele integrante.

§ 1º No caso da unificação dos serviços prevista no inciso III do caput, e de atos, contratos ou instrumentos congêneres que tenham por objeto a delegação da prestação de serviços públicos, subscreverá os instrumentos o Secretário-Geral, podendo a Microrregião, nafase de modelagem ou licitação, contar com o apoio de órgãos ou entidades que integram a administração de ente federado integrado ou conveniado à MRAE.

§ 2º Não se concederá a autorização prevista no inciso VII do caput no caso de projetos que:

I - prevejam ônus pela outorga da concessão ou outra forma de pagamento pelo direito de prestar os serviços públicos;

II - não prevejam pagamento prévio de indenização ao anterior prestador dos serviços e transferências ou pagamentos de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro da prestação dos serviços públicos mediante subsídios cruzados; e

III - cujo modelo contratual seja considerado prejudicial à modicidade tarifária ou à universalização de acesso aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

§ 3º Resolução do Colegiado Microrregional definirá a forma da gestão administrativa da Microrregião, podendo, por prazo certo, delegar o exercício de atribuições ou a execução de determinadas tarefas para órgãos ou entidades que integram a estrutura administrativa do Estadodo Piauí ou de Municípios que integram a Microrregião ou com ela conveniados.

§ 4º A unificação dos serviços, em Municípios que possuem entidade ou órgão prestador de serviços públicos de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário há pelo menos dez anos dependerá da aquiescência expressa do Município, por meio de manifestação inequívoca de seu representante no Colegiado Microrregional, autorizada por lei municipal.

> Seção III Do Comitê Técnico

Art. 8° O Comitê Técnico tem por finalidade:

I - apreciar previamente as matérias que integram a pauta das reuniões do Colegiado Microrregional, providenciando estudos técnicos que a fundamentem;

II - assegurar, nos assuntos relevantes, a prévia manifestação do Conselho Participativo.

- § 1º O Comitê Técnico poderá criar câmaras temáticas para análise de questões específicas, nas quais poderá haver a participação de técnicos de entidades
  - § 2º O Secretário Geral é o presidente do Comitê Técnico.

#### Seção IV Do Conselho Participativo e do controle social

Art. 9º São atribuições do Conselho Participativo:

- I elaborar propostas para apreciação das demais instâncias da entidade microrregional;
- II apreciar matérias relevantes previamente à Colegiado Microrregional, em especial às referentes ao planejamento, à escolha do regulador e à prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

III - propor a constituição de Grupos de Trabalho para a análise e debate de temasespecíficos;

IV - convocar audiências e consultas públicas sobre matérias sob sua apreciação;

V - escolher por maioria simples um de seus membros para coordená-lo.

Art. 10. A MRAE estabelecerá em seu Regimento Interno os procedimentos adequados à participação popular, observados as seguintes regras:

I - a divulgação dos planos, programas, projetos e propostas, com antecedência mínimade 15 (quinze) dias;

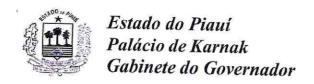
- II o acesso de qualquer do povo, sem a necessidade de demonstração de interesse, aos estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental;
- III a possibilidade de representação por discordância e de comparecimento à reuniãodo Conselho Participativo e do Comitê Técnico para sustentação;

IV - o uso de audiências e de consultas públicas como forma de se assegurar opluralismo e a transparência.

Parágrafo único. O acesso mencionado no inciso II do caput não poderá prejudicar sigilo ou acesso restrito a informações em razão de disposição legal ou

Art. 11. A autarquia microrregional convocará audiências públicas sempre que arelevância da matéria exigir para:

I - expor suas deliberações;



II - debater os estudos e planos em desenvolvimento;

III - prestar contas de sua gestão e resultados.

#### Seção V Do Secretário-Geral

- Art. 12. O Secretário-Geral é o representante legal da entidade intergovernamental, cumprindo-lhe dar execução às deliberações do Colegiado Microrregional.
- § 1º O Secretário-Geral participa, sem voto, de todas as reuniões do ColegiadoMicrorregional, sendo responsável pelo registro e publicidade de suas atas.
- § 2º O Secretário-Geral será eleito pelo Colegiado Microrregional dentre os membrosdo Comitê Técnico, sendo exonerável **ad nutum**, a juízo da maioria de votos do Colegiado.
- § 3º Vago o cargo de Secretário-Geral, ou impedido o seu titular, exercerá interinamente as suas funções o Diretor-Geral da Agespisa Águas e Esgotos do Piauí S/A.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo estadual autorizado a celebrar convênio de cooperação entre entes federados para que os Municípios piauienses possam se conveniar commicrorregiões instituídas por Estados limítrofes, ou que Municípios de Estados limítrofes possam se conveniar com a MRAE.
  - Art. 14. Fica o Poder Executivo estadual autorizado a:
- I modificar a natureza das ações e de outras participações societárias que possua o Estado do Piauí, diretamente ou por meio de entidades da Administração Indireta, na Agespisa - Águas e Esgotos do Piauí S.A.;
- II a alienar para a MRAE, de forma gratuita ou onerosa, as ações e participações societárias mencionadas no inciso I, inclusive o controle da Agespisa ou de qualquer das suas subsidiárias.

Parágrafo único. Havendo a mudança do controle acionário prevista no inciso II do **caput**, fica a Agespisa autorizada a se associar à Assemae – Associação Nacional dos Prestadores Municipais de Saneamento.

Art. 15. A entidade microrregional pode ser designada como local de lotação e exercício de servidores estaduais, inclusive de suas entidades da Administração Indireta, de direito público ou privado, sem prejuízo de remuneração e demais vantagens aos servidores designados.

- Art. 16. Os serviços públicos de abastecimento de água, de manejo de águas pluviais urbanas e de esgotamento sanitário deixam de ser função pública de interesse comum das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões antes existentes no Estado do Piauí.
- Art. 17. Até que seja editada a resolução prevista no § 3º do art. 7º, as funções de secretaria e suporte administrativo da Microrregião serão desempenhadas, como ônus e de forma gratuita, pela Agespisa Águas e Esgotos do Piauí S.A.
- Art. 18. Enquanto não houver disposição em contrário do Colegiado Microrregional, as funções de regulação e de fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário serão desempenhadas pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí Agrespi nos Municípios em que, nos doze meses anteriores à vigência desta Lei Complementar, não se tenha atribuído o exercício dessas funções para outraentidade de regulação.
- Art. 19. O Governador, por meio de decreto, editará o Regimento Interno provisório da MRAE.

Parágrafo único. O Regimento Interno provisório deve dispor sobre a convocação, ainstalação e o funcionamento do Colegiado Microrregional, inclusive os procedimentos para aelaboração de seu primeiro Regimento Interno.

- Art. 20. Os planos referentes aos serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário ou de manejo de águas pluviais urbanas, editados pelos Municípios antes da vigência desta Lei Complementar, permanecerão em vigor enquanto não contrariem resoluções do Colegiado Microrregional.
- Art. 21. As microrregiões de água e esgoto criadas por esta Lei Complementar, para os fins do art. 15 da Lei federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, equiparam-se às unidades regionais de saneamento.
- Art. 22. A Lei Complementar nº 246, de 30 de dezembro de 2019, passa a vigorar coma seguinte redação:

"Art. 4°	
Parágrafo único. Os titulares poderão	
Parágrafo único. Os titulares poderão qualquer dos serviços públicos de	***************************************
raragrato unico. Os titularos podens	
of titulates poderao	delegar o overeísia i
dislater des semi-	dologal o exercició da regulação do
gualduct titls sarvicos publica-	

Parágrafo único. Os titulares poderão delegar o exercício da regulação de qualquer dos serviços públicos de saneamento básico, de forma isolada ou, quando integrados a uma das autarquias interfederativas previstas no § 3º do art. 25 da Constituição Federal, sempre de forma colegiada." (NR)

"Art. 33. Os Municípios, de forma isolada ou, no que couber, quando integrados a uma das autarquias interfederativas previstas no § 3º do art. 25 da Constituição Federal, deforma colegiada, deverão: 

Art. 23. Enquanto não for instalado o Comitê Técnico, o Secretário Geral acumulará as suas funções; e até que seja constituído o Conselho Participativo, o Comitê Técnico acumulará as suas funções.

Art. 24. Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 246, de 30 de dezembro de 2019:

I - o parágrafo único do art. 31;

II - o art. 34;

III - o art. 43;

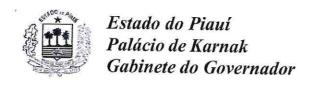
IV - o inciso III do caput do art. 54; e

V - os arts. 63 a 76.

Parágrafo único. Com a revogação prevista no caput, ficam extintas as autarquias microrregionais antes criadas, com exceção da Microrregião de Saneamento Básico do Vale doRio Guaribas, transformada na Microrregião de Água e Esgoto do Piauí - MRAE nos termos do art. 2°, § 1°.

Art. 25. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 21 de março de 2022.

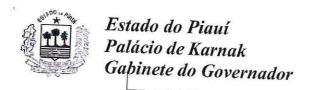


## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02, DE 21 DE MARÇO DE 2022

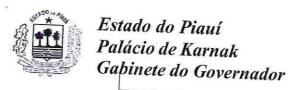
#### **ANEXO ÚNICO**

# CONSTITUIÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO DO PIAUÍ - MRAE \*

Estado do Piauí
Acauã
Agricolândia
Água Branca
Alagoinha do Piauí
Alegrete do Piauí
Alto Longá
Altos
Alvorada do Gurgueia
Amarante
Angical do Piauí
Anísio de Abreu
Antônio Almeida
Aroazes
Aroeiras do Itaim
Arraial
Assunção do Piauí
Avelino Lopes
Baixa Grande do Ribeiro
Barra d'Alcântara
Barras
Barreiras do Piauí
Barro Duro
Batalha
Bela Vista do Piauí
Belém do Piauí
Beneditinos
Bertolínia



Betânia do Piauí	
Boa Hora	
Bocaina	
Bom Jesus	
Bom Princípio do Piauí	
Bonfim do Piauí	
Boqueirão do Piauí	_
Brasileira	
Brejo do Piauí	
Buriti dos Lopes	
Buriti dos Montes	-
Cabeceiras do Piauí	-
Cajazeiras do Piauí	-
Cajueiro da Praia	-
Caldeirão Grande do Piauí	4
Campinas do Piauí	$\dashv$
Campo Alegre do Fidalgo	4
Campo Grande do Piauí	+
Campo Largo do Piauí	+
Campo Maior	+
Canavieira	1
Canto do Buriti	1
Capitão de Campos	1
Capitão Gervásio Oliveira	
Caracol	
Caraúbas do Piauí	
Caridade do Piauí	
Castelo do Piauí	
Caxingó	
Cocal	
Cocal de Telha	
Cocal dos Alves	
Coivaras	
Colônia do Gurgueia	
Colônia do Piauí	
Conceição do Canindé	
Coronel José Dias	
Corrente	
Cristalândia do Piauí	
Cristino Castro	
Curimatá	



Currais	
Curral Novo do Piauí	_
Curralinhos	_
Demerval Lobão	
Dirceu Arcoverde	_
Dom Expedito Lopes	
Dom Inocêncio	
Domingos Mourão	_
Elesbão Veloso	_
Eliseu Martins	-
Esperantina	4
Fartura do Piauí	4
Flores do Piauí	4
Floresta do Piauí	4
Floriano	4
Francinópolis	1
Francisco Ayres	1
Francisco Macedo	
Francisco Santos	
Fronteiras	
Geminiano	
Gilbués	
Guadalupe	
Guaribas	
Hugo Napoleão	
Ilha Grande	
Inhuma	
Ipiranga do Piauí	
Isaías Coelho	
Itainópolis	
Itaueira	
Jacobina do Piauí	
Jaicós	
Jardim do Mulato	
Jatobá do Piauí	
Jerumenha	
João Costa	
Joaquim Pires	
Joca Marques	
José de Freitas	
Juazeiro do Piquí	
Juazeiro do Piauí	



#### Estado do Piauí Palácio de Karnak Gaþinete do Governador

Júlio Borges	
Jurema	
Lagoa Alegre	
Lagoa de São Francisco	
Lagoa do Barro do Piauí	
Lagoa do Piauí	
Lagoa do Sítio	-
Lagoinha do Piauí	
Landri Sales	
Luís Correia	
Luzilândia	_
Madeiro	
Manoel Emídio	_
Marcolândia	_
Marcos Parente	_
Massapê do Piauí	4
Matias Olímpio	4
Miguel Alves	4
Miguel Leão	_
Milton Brandão	-
Monsenhor Gil	4
Monsenhor Hipólito	_
Monte Alegre do Piauí	
Morro Cabeça no Tempo	4
Morro do Chapéu do Piauí	
Murici dos Portelas	4
Nazaré do Piauí	
Nazária	4
Nossa Senhora de Nazaré	
Nossa Senhora dos Remédios	1
Nova Santa Rita	
Novo Oriente do Piauí	
Novo Santo Antônio	
Oeiras	
Olho d'Água do Piauí	
Padre Marcos	
Paes Landim	
Pajeú do Piauí	
Palmeira do Piauí	
Palmeirais Pagueté	
Paquetá	